

EDITAL SISTEMATIZADO – MAGISTRATURA – TJ-CE – 2018**BLOCO I****DIREITO CIVIL**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro.				
1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.				
1.2 Conflito das leis no tempo.				
1.3 Eficácia das leis no espaço.				
2 Pessoas naturais.				
2.1 Conceito.				
2.2 Início da pessoa natural.				
2.3 Personalidade.				
2.4 Capacidade.				
2.5 Direitos da personalidade.				
2.6 Nome civil.				
2.7 Estado civil.				
2.8 Domicílio.				
2.9 Ausência.				
3 Pessoas jurídicas.				
3.1 Disposições Gerais.				

3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores.				
3.3 Constituição.				
3.4 Extinção.				
3.5 Capacidade e direitos da personalidade.				
3.6 Domicílio.				
3.7 Sociedades de fato.				
3.8 Associações.				
3.9 Sociedades.				
3.10 Fundações.				
3.11 Grupos despersonalizados.				
3.12 Desconsideração da personalidade jurídica.				
3.13 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.				
4 Bens.				
4.1 Diferentes classes.				
4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos.				
4.3 Bens no comércio e fora do comércio.				
5 Fato jurídico.				
6 Negócio jurídico.				
6.1 Disposições gerais.				
6.2 Classificação e interpretação.				

6.3 Elementos.				
6.4 Representação.				
6.5 Condição, termo e encargo.				
6.6 Defeitos do negócio jurídico.				
6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.				
6.8 Simulação.				
7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.				
8 Prescrição e decadência.				
9 Prova do fato jurídico.				
10 Obrigações.				
10.1 Características.				
10.2 Elementos.				
10.3 Princípios.				
10.4 Boa-fé.				
10.5 Obrigação complexa (a obrigação como um processo).				
10.6 Obrigações de dar.				
10.7 Obrigações de fazer e de não fazer.				
10.8 Obrigações alternativas e facultativas.				
10.9 Obrigações divisíveis e indivisíveis.				

10.10 Obrigações solidárias.				
10.11 Obrigações civis e naturais, de meio, de resultado e de garantia.				
10.12 Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada.				
10.13 Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais.				
10.14 Obrigações líquidas e ilíquidas.				
10.15 Obrigações principais e acessórias.				
10.16 Transmissão das obrigações.				
10.17 Adimplemento e extinção das obrigações.				
10.18 Inadimplemento das obrigações.				
11 Contratos.				
11.1 Princípios.				
11.2 Classificação.				
11.3 Contratos em geral.				
11.4 Disposições gerais.				
11.5 Interpretação.				
11.6 Extinção.				
11.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.				
12 Atos unilaterais.				
13 Títulos de crédito.				
13.1 Disposições gerais.				

13.2 Títulos ao portador, à ordem e nominativos.				
14 Responsabilidade civil.				
15 Preferências e privilégios creditórios.				
16 Direito de empresa.				
16.1 Empresário.				
16.2 Empresa individual.				
16.3 Sociedade.				
16.4 Estabelecimento.				
16.5 Institutos complementares.				
17 Posse.				
18 Direitos reais.				
18.1 Disposições gerais.				
18.2 Propriedade.				
18.3 Superfície.				
18.4 Servidões.				
18.5 Usufruto.				
18.6 Uso.				
18.7 Habitação.				
18.8 Direito do promitente comprador.				
19 Direitos reais de garantia.				
19.1 Características.				

19.2 Princípios.				
19.3 Penhor, hipoteca e anticrese.				
20 Direito de família.				
20.1 Casamento.				
20.2 Relações de parentesco.				
20.3 Regime de bens entre os cônjuges.				
20.4 Usufruto e administração dos bens de filhos menores.				
20.5 alimentos.				
20.6 Bem de família.				
20.7 União estável.				
20.8 Concubinato.				
20.9 Tutela.				
20.10 Curatela.				
21 Direito das sucessões.				
21.1 Sucessão em geral.				
21.2 Sucessão legítima.				
21.3 Sucessão testamentária.				
21.4 Inventário e partilha.				
22 Lei nº 8.078/1990 e suas alterações (Direito das relações de consumo).				
22.1 Consumidor.				
22.2 Direitos do consumidor.				

22.3 Fornecedor, produto e serviço.				
22.4 Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos.				
22.5 Práticas comerciais.				
22.6 Proteção contratual.				
23 Lei nº 6.766/1979 e suas alterações (Parcelamento do solo urbano).				
24 Lei nº 6.015/1973 e suas alterações (Registro de imóveis). 24.1 Noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade, transcrição, inscrição e averbação.				
24.2 Procedimento de dúvida.				
25 Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).				
26 Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos). 26.1 Disposições gerais, locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial.				
27 Direitos autorais.				
28 Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente). 28.1 Disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta.				

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil.				
2 Normas processuais civis.				
3 Jurisdição.				
4 Ação.				
4.1 Conceito, natureza, elementos e características.				
4.2 Condições da ação.				
5 Pressupostos processuais.				
6 Preclusão.				
7 Sujeitos do processo.				
7.1 Capacidade processual e postulatória.				
7.2 Deveres das partes e procuradores.				
7.3 Procuradores.				
7.4 Sucessão das partes e dos procuradores.				
8 Litisconsórcio.				
9 Intervenção de terceiros.				
10 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.				
11 Ministério Público.				
12 Advocacia Pública.				

13 Defensoria pública.				
14 Atos processuais.				
14.1 Forma dos atos.				
14.2 Tempo e lugar.				
14.3 Prazos.				
14.4 Comunicação dos atos processuais.				
14.5 Nulidades.				
14.6 Distribuição e registro.				
14.7 Valor da causa.				
15 Tutela provisória.				
16 Formação, suspensão e extinção do processo.				
17 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.				
17.1 Procedimento comum.				
17.2 Disposições Gerais.				
17.3 Petição inicial.				
17.4 Improcedência liminar do pedido.				
17.5 Audiência de conciliação ou de mediação.				
17.6 Contestação, reconvenção e revelia.				
17.7 Audiência de instrução e julgamento.				
17.8 Providências preliminares e de saneamento.				

17.9 Julgamento conforme o estado do processo.				
17.10 Provas.				
17.11 Sentença e coisa julgada.				
17.12 Cumprimento da sentença.				
18 Procedimentos Especiais.				
19 Procedimentos de jurisdição voluntária.				
20 Processos de execução.				
21 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.				
22 Livro Complementar.				
23 Disposições finais e transitórias.				
24 Mandado de segurança.				
25 Ação popular.				
26 Ação civil pública.				
27 Ação de improbidade administrativa.				
28 Reclamação constitucional.				
29 Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos).				
29.1 Procedimentos.				

DIREITO DO CONSUMIDOR

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Direito do Consumidor.				
1.1 Natureza e fonte de suas regras.				
1.2 Características e princípios do Código de Defesa do Consumidor.				
1.3 Integrantes e objeto da relação de consumo.				
1.4 Política nacional de relações de consumo.				
1.4.1 Objetivos e princípios.				
1.5 Direitos básicos do consumidor.				
1.6 Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos.				
1.6.1 Proteção à saúde e segurança.				
1.6.2 Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço.				
1.6.3 Responsabilidade por vício do produto e do serviço.				
1.6.4 Decadência e prescrição.				
1.6.5 Desconsideração da personalidade jurídica.				
1.7 Práticas comerciais.				
1.7.1 Oferta e efeito vinculante da oferta publicitária.				
1.7.2 Publicidade.				
1.7.3 Práticas abusivas.				
1.7.4 Cobrança de dívidas.				
1.7.5 Bancos de dados e cadastros de consumidores.				
1.8 Proteção contratual.				
1.8.1 Princípios basilares dos contratos de consumo.				
1.8.2 Cláusulas abusivas.				
1.8.3 Contratos de adesão.				
1.9 Sanções administrativas.				
2 Infrações penais.				
2.1 As relações de consumo como bem jurídico penal.				

2.2 Sujeitos ativo e passivo dos crimes contra as relações de consumo.				
2.3 Código penal e proteção ao consumidor.				
2.4 Resultado nas infrações penais de consumo e crimes de perigo.				
2.5 Responsabilidade penal da pessoa jurídica.				
2.6 Tipos penais. 2.6.1 Omissão de informação a consumidores. 2.6.2 Omissão de comunicação da nocividade de produtos. 2.6.3 Execução de serviço de alto grau de periculosidade. 2.6.4 Oferta não publicitária enganosa. 2.6.5 Publicidade enganosa ou abusiva. 2.6.6 Indução a comportamento prejudicial ou perigoso. 2.6.7 Publicidade sem base fática, técnica ou científica. 2.6.8 Troca de peças usadas sem autorização. 2.6.9 Cobrança abusiva de dívidas. 2.6.10 Impedimento de acesso a cadastros e banco de dados. 2.6.11 Omissão de correção de informações em bancos de dados e cadastros. 2.6.12 Omissão de entrega do termo de garantia.				
2.7 Individualização e fixação judicial da pena.				
2.8 Valor da fiança. 2.8.1 Assistência. 2.8.2 Ação penal subsidiária.				
3 Defesa do consumidor em juízo. 3.1 Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.				
3.2 Legitimidade ativa para a propositura de ações coletivas.				
3.3 Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos.				
3.4 Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços.				

3.5 Coisa julgada.				
4 Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.				
4.1 Ministério Público e Defensoria Pública.				
4.2 Delegacia do consumidor.				
4.3 PROCON.				
4.4 Associações civis de defesa do consumidor.				
4.5 Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor.				
4.6 Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.				
4.7 Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.				
4.8 Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor.				
4.9 Conflito de atribuições entre PROCON e outros órgãos de defesa do consumidor.				
5 Convenção coletiva de consumo.				

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 História da proteção jurídica e social da infância brasileira. Evolução histórico-sociológica da infância e da juventude. Aspectos Gerais do Direito da Criança e do Adolescente. A proteção da infância no Brasil. Legislação. Constituição, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e atualizações respectivas. Normas de interpretação do ECA. Normas esparsas.				

2 Direito da Criança e do Adolescente. Doutrinas Jurídicas de Proteção: Doutrina da Situação Irregular e Doutrina da Proteção Integral. Princípio da Prioridade Absoluta. Princípio do melhor interesse para a criança e o adolescente.				
3 Dos direitos fundamentais: Do direito à vida e à saúde; do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; Do direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.				
4 Do Direito à Profissionalização e a Proteção do Trabalho Urbano e Rural do Adolescente.				
5 Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária. Poder Familiar. Parentesco. Da família natural e da família substituta. Família substituta nacional e estrangeira. Espécies de família substituta e regras especiais. Guarda; Tutela e Adoção. Alternativas de acolhimento familiar.				
6 Autorização para viagem.				
7 A infância e a adolescência no contexto internacional – A Convenção Internacional dos Direitos da Criança (ONU, 1989) e principais documentos internacionais.				
8 Direito à Vida e a Proteção do Nascituro. Aspectos constitucionais e legais.				
9 Prevenção e prevenção especial vinculadas à informação, lazer, esportes, diversões e espetáculos. Produtos e serviços. Autorização para viajar. Formas de controle. Ação Civil Pública.				
10 Política de atendimento. Entidades de atendimento. Fiscalização.				
11 Medidas de proteção. Medidas específicas de proteção.				
12 A Justiça da Infância e da Juventude. Aspectos Processuais e Procedimentos especiais. Recursos.				
13 O acesso à Justiça na defesa dos interesses individuais, coletivos e difusos. A atuação do Juiz da Infância e da Juventude.				

14 O Ministério Público. Atribuições. Ação Civil Pública. Termo de ajustamento da conduta. Apuração de responsabilidades nas entidades de atendimento.				
15 Ato infracional. Medidas socioeducativas. Remissão. Direitos individuais. Proteção Judicial aos interesses individuais. Garantias processuais.				
16 Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsáveis. Da alienação parental.				
17 Conselhos Tutelares. Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente. Estrutura. Atribuições. Processo de escolha. Impedimentos. Competência.				
18 Responsabilidade Civil. Danos Causados por Crianças e Adolescentes.				
19 Crimes e Infrações Administrativas contra a Criança e o Adolescente: Código Penal, Estatuto e Legislação especial. Aspectos constitucionais e legais.				

BLOCO II

DIREITO PENAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Direito Penal e Poder Punitivo.				
1.1 Teoria do Direito Penal.				
1.2 Política Criminal e Criminologia. Noções básicas.				
1.3 Criminalização Primária e Secundária.				
1.4 Seletividade do sistema penal.				
2 Direito Penal de Autor e Direito Penal do Ato.				

2.1 Garantismo Penal.				
2.2 Direito Penal do Inimigo.				
2.3 Dinâmica Histórica da Legislação Penal. História da Programação Criminalizante no Brasil.				
2.4 Genealogia do Pensamento Penal.				
2.5 Direito Penal e Filosofia.				
3 Funções da Pena. Teorias.				
4 Características e Fontes do Direito Penal.				
5 Princípios aplicáveis ao Direito Penal.				
6 Bem jurídico-penal. Teorias.				
7 Aplicação da lei penal.				
7.1 A lei penal no tempo e no espaço.				
7.2 Tempo e lugar do crime.				
7.3 Lei penal excepcional, especial e temporária.				
7.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.				
7.5 Pena cumprida no estrangeiro.				
7.6 Eficácia da sentença estrangeira.				
7.7 Contagem de prazo.				
7.8 Frações não computáveis da pena.				
7.9 Interpretação da lei penal.				
7.10 Analogia.				

7.11 Irretroatividade da lei penal.				
7.12 Conflito aparente de normas penais.				
8 Teoria do Delito.				
8.1 Classificação dos crimes.				
8.2 Teoria da Ação.				
8.3 Teoria do Tipo. O fato típico e seus elementos.				
8.4 Relação de causalidade. Teorias. Imputação objetiva.				
8.5 Tipos dolosos de ação.				
8.6 Tipos dos Crimes de Imprudência.				
8.7 Tipos dos Crimes de Omissão.				
8.8 Consumação e tentativa.				
9 Desistência voluntária e arrependimento eficaz.				
10 Arrependimento posterior.				
11 Crime impossível.				
12 Agravação pelo resultado.				
13 Erro.				
13.1 Descriminantes putativas.				
13.2 Erro determinado por terceiro.				
13.3 Erro sobre a pessoa.				
13.4 Erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição).				

14 Concurso de crimes.				
15 Ilicitude.				
16 Culpabilidade.				
17 Concurso de Pessoas.				
18 Penas.				
18.1 Espécies de penas.				
18.2 Cominação das penas.				
18.3 Aplicação da pena.				
18.4 Suspensão condicional da pena.				
18.5 Livramento condicional.				
18.6 Efeitos da condenação.				
18.7 Reabilitação.				
18.8 Execução das penas em espécie e incidentes de execução.				
18.9 Limites das penas.				
19 Medidas de segurança.				
19.1 Execução das medidas de segurança.				
20 Ação penal.				
21 Punibilidade e causas de extinção.				
22 Prescrição.				
23 Crimes contra a pessoa.				

24 Crimes contra o patrimônio.				
25 Crimes contra a propriedade imaterial.				
26 Crimes contra a organização do trabalho.				
27 Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.				
28 Crimes contra a dignidade sexual.				
29 Crimes contra a família.				
30 Crimes contra a incolumidade pública.				
31 Crimes contra a paz pública.				
32 Crimes contra a fé pública.				
33 Crimes contra a administração pública.				
34 Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (delitos hediondos).				
35 Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).				
36 Lei nº 9.455/1997 (crimes de tortura).				
37 Lei nº 12.694/2012 e Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (crime organizado).				
38 Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (crimes contra o meio ambiente).				
39 Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (crimes de trânsito).				
40 Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas).				
41 Lei nº 4.898/1965 e suas alterações (Abuso de Autoridade).				

42 Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento).				
43 Lei nº 8.078/1990 e suas alterações (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).				
44 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de Dinheiro).				
45 Convenção americana sobre direitos humanos (Pacto de São José e Decreto nº 678/1992).				
46 Lei nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha).				
47 Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).				
48 Direito Penal Econômico.				
49 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.				
50 Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito penal.				

DIREITO PROCESSUAL PENAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Processo Penal Brasileiro. Processo Penal Constitucional.				
2 Sistemas e Princípios Fundamentais.				
3 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 3.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.				
4 Fase Pré-Processual: Inquérito policial.				

5 Processo, procedimento e relação jurídica processual.				
5.1 Elementos identificadores da relação processual.				
5.2 Formas do procedimento.				
5.3 Princípios gerais e informadores do processo.				
5.4 Pretensão punitiva.				
5.5 Tipos de processo penal.				
6 Ação penal.				
7 Ação civil Ex Delicto.				
8 Jurisdição e Competência.				
9 Questões e processos incidentes.				
10 Prova.				
10.1 Lei nº 9.296/1996 (interceptação telefônica).				
11 Sujeitos do Processo.				
12 Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória.				
12.1 Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária).				
13 Citações e intimações.				
14 Atos Processuais e Atos Judiciais.				
15 Procedimentos.				
15.1 Processo comum.				
15.2 Processos especiais.				

15.3 Lei nº 8.038/1990 - normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).				
16 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais).				
17 Prazos. 17.1 Características, princípios e contagem.				
18 Nulidades.				
19 Recursos em geral.				
20 Habeas corpus e seu processo.				
21 Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal).				
22 Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.				
23 Disposições gerais do Código de Processo Penal.				
24 Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de Direito Processual Penal.				

DIREITO CONSTITUCIONAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Constituição: conceito, objeto, estrutura, classificação e fontes. Supremacia da Constituição. Controle de constitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Emendas à Constituição.				

<p>Princípios constitucionais do Estado Brasileiro e da República Federativa do Brasil. Poder e divisão dos poderes. O Estado Democrático de Direito. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Ação Popular. Reforma do Poder Judiciário: a Emenda Constitucional nº 45/2004.</p>				
<p>2 Princípios constitucionais positivos. Conceito e conteúdo dos princípios fundamentais. Princípios gerais do Direito Constitucional. Função e relevância dos princípios fundamentais. Constitucionalidade e inconstitucionalidade. Lei inconstitucional: fundamentos à declaração da inconstitucionalidade. Mandado de Injunção. Tribunal de Contas da União. Ação Direta de Inconstitucionalidade.</p>				
<p>3 Constituição do Estado do Ceará. Princípio Democrático e Garantia dos Direitos Fundamentais. Regime político e democracia. Direitos e Garantias Fundamentais. Poder Legislativo Federal: funções legislativas. Atribuições do Congresso Nacional. Atribuições Câmara dos Deputados. Atribuições do Senado Federal. Imunidades e vedações parlamentares. Comissões Parlamentares de Inquérito: instalação, funcionamento e atribuições.</p>				
<p>4 Fundamentos constitucionais dos direitos sociais. Ordem social e direitos sociais. Direitos sociais e direitos econômicos. Conceito e classificação dos 43 direitos sociais. Ordem econômica e financeira: princípios gerais da atividade econômica. Política urbana. Políticas agrícola e fundiária. Reforma agrária. Sistema Financeiro Nacional. Habeas data.</p>				
<p>5 Diferentes tipos de inconstitucionalidade: a inconstitucionalidade material e a inconstitucionalidade formal. Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão. Garantias constitucionais individuais. Princípio da legalidade. Princípio da proteção judiciária. Estabilidade dos direitos subjetivos. Direito à segurança. Remédios constitucionais.</p>				
<p>6 Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. Superior Tribunal de Justiça. Justiça Federal. Justiça do Trabalho. Justiça Eleitoral. Justiça Militar. Juizados Especiais e de Paz. Direitos sociais relativos</p>				

<p>aos trabalhadores. Funções essenciais à Justiça – Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública: prerrogativas e vedações. Ordem econômica e financeira. Seguridade social. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.</p>				
<p>7 Estados, Municípios e Distrito Federal. Estados Federados. A formação constitucional dos Estados. Competências dos Estados e do Distrito Federal. Organização dos Governos Estaduais e do Distrito Federal. A posição dos Municípios na Federação. Autonomia municipal. Governo municipal. Princípios organizacionais. Ordem econômica e ordem social. Princípios gerais da atividade econômica. Propriedades da ordem econômica.</p>				
<p>8 Direitos e deveres individuais e coletivos. Direito à vida e à privacidade. Direito de igualdade. Direito de liberdade. Liberdade de pensamento. Liberdade de ação profissional. Direitos coletivos. Regime das liberdades. Constituição, constitucionalidade e inconstitucionalidade. Controle de constitucionalidade no Direito Brasileiro. Processo no controle de constitucionalidade. Controle de constitucionalidade de Lei estadual.</p>				
<p>9 Poder Executivo. Noção e formas. Chefe de Estado e Chefe de Governo. Eleição e mandato do Presidente da República. Substituto e sucessores do Presidente da República. Perda do mandato do Presidente e do Vice-Presidente. Atribuições do Presidente da República. Classificação das atribuições do Presidente da República. Responsabilidade do Presidente da República. Sistema tributário nacional.</p>				
<p>10 Administração Pública. Estruturas básicas da Administração Pública. Conselho da República. Conselho de Defesa Nacional. Conselho de Comunicação Social. Conselho Nacional de Justiça. Órgãos Superiores Estaduais e Municipais. Regiões. Microrregiões. Organismos regionais. Regionalização orçamentária. Regiões metropolitanas. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Poder Legislativo. Congresso Nacional. Câmara Legislativa do Estado do Ceará e Câmara dos Deputados. Do Senado Federal. Atribuições da Câmara Federal e do Senado Federal.</p>				

11 Tributação e Orçamento Nacional. Sistema Tributário Nacional e Sistema Tributário do Estado do Ceará. Finanças Públicas. Organização do Estado. Organização político-administrativa. União. Estados Federados. Municípios. Distrito Federal. Poder Judiciário. Reforma do Poder Judiciário - Emenda Constitucional nº 45/2004.				
12 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Estado de Defesa. Estado de Sítio. Forças Armadas. Segurança Pública. Fiscalização e dos Sistemas de Controles. Tribunal de Contas da União. Tribunais de Contas dos Estados. Remédios constitucionais. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.				
13 A Constituição de 1988. Controle de constitucionalidade das leis. Direito de propriedade. Regime jurídico da propriedade privada. Propriedades especiais. Limitações ao direito de propriedade. Função social da propriedade. Direitos sociais relativos aos trabalhadores. Direito dos trabalhadores. Direitos coletivos dos trabalhadores. Funções essenciais à Justiça. O funcionamento do Poder Judiciário. O Advogado na Constituição. O Ministério Público. A Advocacia Pública.				
14 Sistema Tributário Nacional. Sistema Constitucional Tributário: limitação e poder de tributar, competência tributária, princípios constitucionais e repartição de receitas. Tributos: conceito, classificação e espécies. Função dos tributos. Tarifa e preço público. Legislação tributária: vigência no tempo e no espaço, aplicação e hermenêutica tributária, interpretação e integração. Discriminação constitucional das rendas tributárias. Discriminação das rendas por fontes. Discriminação das rendas pelo produto.				
15 Princípios Constitucionais. Obrigação tributária: hipótese de incidência, fato gerador, elementos, sujeição passiva e responsabilidade tributária. Domicílio tributário. Crédito tributário: conceito, natureza jurídica, características, efeitos e constituição. Modalidades de lançamento e alterabilidade. Poder Legislativo. Comissões Parlamentares de Inquérito. Poder Constituinte. Os fundamentos do Estado Brasileiro. Direitos e Garantias Individuais.				

16 Acesso amplo ao Poder Judiciário. Direito adquirido. Ato jurídico perfeito. Coisa julgada. Direito à não extradição. Sistema Tributário Nacional. Tributação e Orçamento. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário: moratória, depósito do seu montante integral, parcelamento especial. Provimentos liminares, reclamações e recursos. Programas de Recuperação Fiscal Federal. Poder Judiciário.				
17 Direito de cidadania: direitos políticos. Direitos políticos positivos. Direitos políticos negativos. Partidos políticos. Garantias constitucionais individuais. Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. Estrutura básica da Federação. Extinção do crédito tributário: pagamento, compensação, transação, remissão, conversão do depósito em renda, consignação em pagamento, decisão administrativa e judicial, da ação em pagamento, prescrição e decadência, repetição de indébito, pagamento antecipado e homologação do lançamento. Cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública.				
18 Governo da União. Natureza da União. Competência da União. Organização dos Poderes da União. Administração Pública. Estruturas básicas da Administração Pública. Princípios constitucionais da Administração Pública. Servidores Públicos. Bases constitucionais das Instituições Financeiras. Sistema Tributário Nacional. Finanças Públicas e do Sistema Orçamentário. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. Exclusão do crédito tributário: isenção e anistia.				
19 Controle de constitucionalidade das leis. Direitos políticos. Cidadania. Direitos políticos ativos e passivos. Suspensão e perda dos direitos políticos. Partidos políticos. Justiça Eleitoral Brasileira. Organização do Estado. A Federação. União. Estados Federados. Intervenção Federal. Responsabilidade Patrimonial do Estado. Garantias e privilégios do crédito tributário: preferência, cobrança judicial, concurso de credores em insolvência civil e falência, crédito tributário na recuperação judicial e extrajudicial, inventário e arrolamento.				

20 Autarquia. Empresa Pública. Sociedade de Economia Mista. Agências Reguladoras. Mandado de Segurança. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Injunção. Reforma do Poder Judiciário – Emenda Constitucional nº 45/2004. Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei Federal e Estadual. Ordem econômica e financeira. Ordem social. Direitos e garantias individuais. Administração tributária: fiscalização, certidão da dívida ativa, cobrança judicial do crédito e certidões negativa e positiva com efeito negativo.				
--	--	--	--	--

DIREITO ELEITORAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Princípios do direito eleitoral. Princípio democrático. Princípio republicano. Princípio federativo. Princípio da igualdade. Princípio do voto direto e secreto. Democracia partidária. Participação popular ou acesso democrático. Princípio da anualidade ou da anterioridade.				
2 Justiça e Ministério Público Eleitorais. Organização. Competência. Funções normativas, consultivas, administrativas e jurisdicionais. Juízes eleitorais. Juntas eleitorais. Tribunais Regionais Eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral. Divisão geográfica.				
3 Partidos políticos. Tratamento normativo. Liberdade de organização. Autonomia. Fidelidade partidária. Prestação de contas. Fundo partidário. Perda de cargo eletivo. Lei nº 9.096/1995 e suas alterações.				
4 Sistemas eleitorais. Considerações gerais. Tipologia. Sistema majoritário. Sistema proporcional. Sistema misto.				
5 Eleições. Lei nº 9.504/1997 e suas alterações. Alistamento. Filiação partidária. Domicílio eleitoral. Convenções partidárias. Registro de candidatos. Arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais. Prestação de contas. Propaganda eleitoral. Captação ilícita				

<p>de sufrágio (art. 41-A, da Lei das Eleições). Direito de resposta. Votação. Apuração. Proclamação dos resultados. Diplomação. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais.</p>				
<p>6 Condições de elegibilidade e inelegibilidades. Condições de elegibilidade. Nacionalidade. Direitos Políticos. Alistamento Eleitoral. Domicílio eleitoral. Limites etários. Inelegibilidades. Espécies. Inelegibilidades constitucionais. Inalistabilidade. Analfabetismo. Reelegibilidade. Parentesco. Inelegibilidades infraconstitucionais. Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações. Perda do mandato. Abuso do poder político. Abuso do poder econômico. Condenação criminal. Indignidade para o oficialato. Rejeição de contas. Dirigentes de instituições em processo de liquidação. Condenações em matéria eleitoral. Renúncia. Improbidade administrativa. Exclusão do exercício de profissão regulamentada. Simulação de desfazimento de vínculo conjugal. Demissão do serviço público. Condenações por doações ilícitas. Aposentadoria compulsória magistrados e membros do Ministério Público. Incompatibilidades. Suspensão da inelegibilidade.</p>				
<p>7 Captação ilícita de sufrágio e condutas vedadas a agentes públicos. Conceito. Tipologia. Caracterização. Aspectos processuais. Consequências.</p>				
<p>8 Ações e representações eleitorais. Ação de impugnação de mandato eletivo (AIME). Ação de impugnação de registro de candidatura (AIRC). Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Recurso contra a expedição de diploma (RCED). Medidas cautelares.</p>				
<p>9 Recursos eleitorais e ação rescisória em matéria eleitoral. Tipologia. Características. Efeitos. Recursos das decisões dos juizes eleitorais. Recursos das decisões das juntas eleitorais. Recursos das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais. Recursos das decisões do Tribunal Superior Eleitoral. Habeas corpus e mandado de segurança em matéria eleitoral.</p>				
<p>10 Crimes eleitorais. Classificação. Código Eleitoral. Leis penais eleitorais extravagantes Crimes contra a organização administrativa da Justiça Eleitoral. Crimes contra os serviços da Justiça Eleitoral.</p>				

Crimes contra a fé pública eleitoral. Crimes contra a propaganda eleitoral. Crimes contra o sigilo ou o exercício do voto. Crimes contra os partidos políticos. Crimes do Código Eleitoral. Crimes das leis penais eleitorais extravagantes. Leis nº 6.091/1974 e suas alterações, nº 7.021/1982 e nº 9.504/1997 e suas alterações. Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações.				
--	--	--	--	--

BLOCO III

DIREITO EMPRESARIAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Ordem econômica na Constituição de 1988. Princípios reguladores. Teoria do Direito Empresarial. Teoria Jurídica da Empresa. Teoria Jurídica do Mercado. Interpretação do direito empresarial. Características do direito empresarial.				
2 Empresário. Conceito e caracterização. Capacidade. Deveres. Empresário individual e sociedade empresária. Sociedade não empresária. Pequeno empresário. Empresário Rural. Empresa Individual de Responsabilidade Ltda. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Registro Público das Empresas Mercantis. Lei nº 8.934/1994. Institutos complementares. Nome empresarial. Prepostos. Contabilistas. Noções gerais de contabilidade empresarial. Auxiliares da empresa. Escrituração. Livros obrigatórios e facultativos. Força probante. Demonstrações dos resultados econômicos da Empresa.				
3 Teoria Geral das Sociedades. Sociedades. Conceito. Elementos. Classificação. Princípios. Personalidade jurídica. Desconsideração da personalidade jurídica. Sócio e acionista. Direitos. Deveres. Responsabilidades. Capital Social. Classificação das sociedades. Sociedades no Código Civil. Sociedade em Comum. Sociedade em Conta de Participação. Sociedade Simples. Sociedade em nome				

<p>coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade Limitada. Sociedade em comandita por ações. Sociedade cooperativa. Sociedades Coligadas. Liquidação da sociedade. Transformação, incorporação, Fusão e Cisão das Sociedades. Sociedade dependente de autorização. Sociedade nacional e estrangeira. Sociedade anônima no Código Civil e Lei nº 6.404/1976 e suas alterações. Sociedades de economia mista. Sociedades controladoras e controladas. Mercado de Capitais. Valores Mobiliários. Dissolução. Retirada e exclusão do sócio. Apuração de haveres. Liquidação. Partilha. Processo.</p>				
<p>4 Teoria do Estabelecimento Comercial. Estabelecimento comercial no Código Civil e no Código de Processo Civil. Estabelecimento Virtual. Aviamento. Clientela. Locação em Shopping Centers. Ação renovatória de locação. Propriedade industrial. Lei nº 9.276/1996. Software. Lei nº 9.609/1998.</p>				
<p>5 Teoria geral da Concorrência Empresarial. Fundamento constitucional. Disciplina legal e contratual. Concorrência desleal. Sistema Brasileiro da Concorrência. Lei nº 12.529/2011. Empresário e o Direito do Consumidor. Fornecimento de bens e serviços. Teoria da qualidade. Relações interempresariais decorrentes de vícios do fornecimento de bens e serviços. Publicidade e tutela do consumidor. Responsabilidade civil em razão da publicidade empresarial.</p>				
<p>6 Teoria geral do contrato e contratos mercantis. Função social do contrato e contratos empresariais. Unificação das obrigações. Caracterização do contrato mercantil. Princípios. Contrato tipo e contrato de adesão. Dependência empresarial e tutela do contratante empresarial mais fraco. Contratos eletrônicos.</p>				
<p>7 Compra e venda mercantil. Elementos essenciais. Direitos e obrigações das partes. Responsabilidade pelos vícios. Responsabilidade pela evicção. Compra e venda no comércio exterior. Incoterms. Modalidade de compras e venda. Contrato de fornecimento. Contrato de Distribuição. Comissão mercantil. Mandato mercantil. Contrato de Agência. Lei nº 4.886/1965 (Representação comercial). Contrato de Concessão Mercantil. Contrato de Consignação. Contrato de Franquia. Contrato de</p>				

<p>corretagem. Contrato de transporte. Contrato de depósito. Contrato de know-how. Locação mercantil.</p>				
<p>8 Teoria jurídica da atividade bancária. Contratos bancários. Contrato de conta corrente bancária. Mútuo bancário. Depósito. Desconto. Abertura de crédito. Crédito documentário. Antecipação. Cobrança. Fomento mercantil. Arrendamento mercantil. Repasse financiamento. Penhor mercantil. Alienação Fiduciária em Garantia. Alienação fiduciária de bem móvel. Alienação fiduciária de bem imóvel. Alienação fiduciária no âmbito do mercado de valores mobiliários. Contrato de seguro. Resseguro. Cartões de Crédito. Encargos nos contratos de crédito bancário. Garantias nos contratos de crédito bancário.</p>				
<p>9 Teoria geral dos títulos de crédito. Títulos de crédito no Código Civil. Constituição do crédito. Exigibilidade. Títulos de crédito em espécie. Letra de Câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Títulos de créditos vinculados ao crédito rural, ao crédito industrial, ao comercial e à exportação. Cédulas de crédito bancário. Títulos de créditos vinculados ao financiamento imobiliário. Conhecimento de depósito. Warrant. Conhecimento de transporte. Títulos do agronegócio. Certificado de Depósitos Bancários. Letras de câmbio financeiras. Letras de Arrendamento mercantil. Letras Financeiras. Ações cambiárias.</p>				
<p>10 Teoria geral das execuções coletivas. Teoria geral da falência. Evolução do Direito Falimentar. Princípio da preservação da empresa. Crise da empresa. Lei nº 11.101/2005: Princípios. Disposições preliminares. Disposições comuns à recuperação judicial e à falência: verificação e habilitação de créditos. Administrador judicial e Comitê de Credores. Assembleia geral de credores. Recuperação judicial. Pedido e processamento da recuperação judicial. Plano de Recuperação Judicial. Procedimento de recuperação judicial. Plano de Recuperação Judicial para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Convocação da recuperação judicial em falência. Falência. Disposições gerais. Classificação dos créditos. Pedido de restituição. Procedimento para a decretação da falência. Inabilitação empresarial,</p>				

direitos e deveres do falido. Falência requerida pelo próprio devedor. Arrecadação e custódia de bens. Efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor. Ineficácia e revogação dos atos praticados antes da falência. Realização do ativo. Pagamento aos credores. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido. Recuperação extrajudicial. Disposições penais. Disposições comuns. Procedimento penal. Disposições finais e transitórias. O Ministério Público no processo de falência e de recuperação judicial.				
---	--	--	--	--

DIREITO TRIBUTÁRIO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Sistema Tributário Nacional: Constituição Federal e Código Tributário Nacional.				
2 Princípios do Direito Tributário.				
3 Normas constitucionais de Direito Tributário.				
4 Tributo: conceito, natureza jurídica, espécies: imposto, taxa, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório, contribuições.				
5 Competência tributária: classificação, exercício da competência tributária.				
6 Capacidade tributária, distinção entre competência tributária e capacidade tributária.				
7 Limitações do poder de tributar: imunidade tributária, imunidades em espécie, distinção entre imunidade, isenção e não incidência.				
8 Repartição das receitas tributárias.				
9 Fontes do direito tributário: Constituição Federal, leis complementares, leis ordinárias, tratados internacionais, convenções internacionais, atos do poder executivo federal com força de lei				

material, atos exclusivos do poder legislativo, convênios, decretos regulamentares, normas complementares.				
10 Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.				
11 Obrigação tributária: definição e natureza jurídica, obrigação principal e acessória, fato gerador, sujeito ativo, sujeito passivo, solidariedade, capacidade tributária, domicílio tributário.				
12 Responsabilidade tributária: responsabilidade dos sucessores; responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações.				
13 Crédito tributário: constituição de crédito tributário, lançamento, modalidades de lançamento, suspensão do crédito tributário, extinção do crédito tributário, exclusão de crédito tributário, garantias e privilégios do crédito tributário.				
14 Prescrição e decadência.				
15 Administração tributária: fiscalização, dívida ativa, certidões negativas.				
16 Impostos da União, impostos dos Estados e impostos dos Municípios.				
17 Processo administrativo tributário: princípios básicos, determinação e exigência do crédito tributário, representação fiscal para fins penais.				
18 Processo judicial tributário: Lei nº 6.830/1980 (ação de execução fiscal), Lei nº 8.397/1992 (ação cautelar fiscal), ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária, ação anulatória de débito fiscal, Lei nº 12.016/2009 (mandado de segurança), ação de repetição de indébito, ação de consignação em pagamento, ações de controle de constitucionalidade, ação civil pública.				
19 Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).				
20 47 Ilícito tributário: ilícito administrativo tributário, ilícito penal tributário, Lei nº 8.137/1990 e suas alterações (crimes contra a ordem tributária).				

21 Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).				
---	--	--	--	--

DIREITO AMBIENTAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Direito Ambiental: conceito e objeto.				
2 Princípios fundamentais.				
3 O Direito Ambiental como Direito Econômico.				
4 A natureza econômica das normas de Direito Ambiental.				
5 Repartição de competências em matéria ambiental.				
6 Normas constitucionais relativas à proteção ambiental.				
7 O Direito Ambiental na Constituição Federal.				
8 Zoneamento Ambiental.				
9 Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.				
10 Poder de polícia e Direito Ambiental.				
11 Infrações ambientais.				
12 Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.				
13 Licenciamento ambiental.				
14 Biossegurança.				

15 Responsabilidade ambiental: conceito de dano e a reparação do dano ambiental.				
16 Sistema nacional do meio ambiente.				
17 Lei nº 6.938/1981 e suas alterações (Política nacional do meio ambiente).				
18 Estudo de impacto ambiental: conceito, competências, natureza jurídica e requisitos.				
19 Biodiversidade.				
20 Principais instrumentos de proteção internacional.				
21 Proteção às florestas.				
22 Áreas de preservação permanente e unidades de conservação.				
23 Modificação dos genes pelo homem e meio ambiente.				
24 Proteção química das culturas e meio ambiente.				
25 Produtos tóxicos: controle e transporte.				
26 Recursos hídricos.				
27 Mineração.				
28 Efetivação da proteção normativa ao meio ambiente: poder Judiciário, Ministério Público e Administração Pública.				
29 Política energética e meio ambiente.				
30 Os indígenas e as suas terras.				
31 Lei nº 12.651/2012 e suas alterações (Código Florestal).				

DIREITO ADMINISTRATIVO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Princípios do Direito Administrativo. Noção. Relevância. Tipologia. Princípios constitucionais e infraconstitucionais regedores da atividade administrativa. Legalidade. Impessoalidade. Moralidade. Publicidade. Eficiência. Preponderância e indisponibilidade do interesse público. Proporcionalidade. Razoabilidade. Motivação. Continuidade. Presunção de veracidade e de legalidade. Autoexecutoriedade. Autotutela. Segurança jurídica. Proteção à confiança. Boa-fé.				
2 Administração Pública. Noção. Relação com legislação e jurisdição. Governo. Constituição. Federação. Personalidade jurídica. Estrutura fundamental no Brasil. Desconcentração. Descentralização. Órgãos públicos. Hierarquia. Delegação. Avocação.				
3 Administração direta e indireta. Noções. Características. Autarquias. Fundações públicas. Empresas públicas. Sociedades de economia mista. Entes com situação peculiar (ordens e conselhos profissionais, fundações de apoio, empresas controladas pelo poder público, serviços sociais autônomos, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público).				
4 Atividades da Administração Pública. Tipologia. Poder e função. Poder normativo. Poder disciplinar. Poder decorrente de hierarquia. Poder vinculado. Poder discricionário (evolução conceitual, mérito, justificativa, campos de exercício, parâmetros, conceitos jurídicos indeterminados). Poder regulamentar. Poder normativo. Poder hierárquico. Poder disciplinar.				
5 Poder de polícia. Noções gerais. Síntese evolutiva. Fundamentos e finalidades. Polícia administrativa. Regime jurídico geral. Campo de atuação. Meios de atuação. Limites. Possibilidade de delegação. Características (discricionariedade/vinculação, autoexecutoriedade e coercibilidade). Requisitos de validade. Proporcionalidade. Sanções. Prescrição.				

<p>6 Ato administrativo. Estado de Direito. Noção. Elementos (agente competente, objeto, forma, motivo, finalidade). Atributos (presunção de legitimidade/veracidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade). Perfeição, vigência e eficácia. Retroatividade e irretroatividade. Tipologia. Legalidade. Mérito. Ato de governo. “Não ato”. Vícios e defeitos. Desfazimento. Nulidades. Anulação e revogação. Cassação. Preservação (convalidação, ratificação e conversão).</p>				
<p>7 Processo Administrativo. Tratamento constitucional e infraconstitucional. Finalidades. Devido processo legal no âmbito administrativo. Princípios específicos (contraditório, ampla defesa, duração razoável, formalismo moderado, verdade material, oficialidade, gratuidade, pluralidade de instâncias, participação popular). Tipologia. Fases. Lei nº 9.784/1999. Reformatio in pejus. Processo administrativo disciplinar. Processo sumário. Sindicância. Verdade sabida.</p>				
<p>8 Licitação. Noções gerais. Tratamento normativo. Legislação básica. Princípios. Modalidades (concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão). Registro cadastral. Registro de preços. Comissão de licitação. Fases do processo licitatório. Instauração. Habilitação. Classificação. Julgamento. Homologação. Adjudicação. Inversão de fases. Dispensa e inexigibilidade. Anulação e revogação. Controle. Aspectos penais.</p>				
<p>9 Contratos da administração. Tipologia. Contratos clássicos (obras, serviços, compras, concessões e permissões). Regime jurídico. Mutabilidade. Prerrogativas da Administração. Cláusulas exorbitantes. Alteração unilateral. Equilíbrio econômico-financeiro. Fiscalização. Não invocação da exceção do contrato não cumprido. Imposição de sanções. Rescisão unilateral. Ocupação provisória de bens e serviços. Duração. Prorrogação. Garantias. Formalização. Alteração. Imprevisão. Fato do príncipe. Recebimento do objeto. Rescisão (por ato unilateral e escrito da Administração, amigável e judicial). Pagamento. Contratos parcialmente regidos pelo Direito Privado. Novas figuras contratuais. Terceirização.</p>				

<p>10 Servidores públicos. Legislação: Lei nº 9.826/1974 e suas alterações (dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará); Regime Próprio de Previdência do Estado do Ceará. Terminologia. Vínculos de trabalho (funções, cargos e empregos). Noção. Acessibilidade. Cargos públicos. Regime jurídico. Vencimento, remuneração e subsídio. Estabilidade. Vitaliciedade. Acumulação de cargos. Exercício de mandato eletivo. Férias, décimo terceiro salário, licenças e direito de greve. Sindicalização. Aposentadoria e pensão. Limites de despesas com pessoal. Responsabilidade dos servidores. Poder disciplinar. Regime disciplinar. Processo administrativo disciplinar. Comunicabilidade de instâncias.</p>				
<p>11 Bens públicos. Terminologia. Síntese evolutiva. Noção. Tipologia. Classificação. Domínio do Estado. Domínio privado. Uso de bem público por particular (normal, anormal, comum e privativo). Alienação. Afetação e desafetação. Formação do patrimônio público. Regime jurídico geral. Aquisição. Terras devolutas. Terrenos de marinha. Terrenos marginais ou reservados. Terras indígenas. Ilhas. Águas públicas. Minas e jazidas.</p>				
<p>12 Serviços públicos. Caracterização. Princípios específicos. Tipologia. Modos de prestação. Concessão de serviço público. Conceito. Características. Concessão de serviço precedida de obra pública. Lei nº 8.987/1995 e suas alterações. Serviço adequado. Direitos e deveres dos usuários. Política tarifária. Licitação. Contrato. Encargos do concedente e da concessionária. Intervenção. Extinção. Permissão e autorização de serviço público. Arrendamento. Franquia. Parcerias público-privadas.</p>				
<p>13 Intervenção na propriedade. Noções gerais. Tipologia. Função social da propriedade. Restrições e limitações administrativas em geral. Tombamento. Ocupação temporária. Requisição. Servidão administrativa. Desapropriação. Tratamento constitucional e infraconstitucional. Fundamentos e requisitos. Bens expropriáveis. Competência. Fases e procedimentos. Indenização. Imissão na posse. Desistência da desapropriação. Destinação dos bens expropriados.</p>				

<p>Retrocessão. Desapropriação indireta ou apossamento administrativo. Expropriação.</p>				
<p>14 Intervenção do Estado no domínio econômico. Ordem econômica. Fundamentos. Valorização do trabalho humano e liberdade de iniciativa. Compatibilização. Princípios. Soberania nacional. Propriedade privada. Função social da propriedade. Livre concorrência. Defesa do consumidor. Defesa do meio ambiente. Redução das desigualdades regionais e sociais. Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte. Formas de atuação. Estado regulador. Estado executor. Monopólio estatal. Defesa da concorrência. Fundamentos. Sistema brasileiro. Atos de concentração. Condutas anticoncorrenciais. Sanções.</p>				
<p>15 Responsabilidade civil extracontratual do Estado. Evolução do tema. Tratamento constitucional e infraconstitucional. Responsabilidade objetiva. Responsabilidade subjetiva. Responsabilidade por ação. Responsabilidade por omissão. Responsabilidade decorrente de comportamento ilícito. Responsabilidade decorrente de comportamento lícito. Reparação do dano. Regresso. Causas de exclusão ou de atenuação da responsabilidade. Atos jurisdicionais e legislativos.</p>				
<p>16 Controle da Administração Pública. Tipologia. Controles internos. Controle parlamentar. Controle pelos Tribunais de Contas. Ombudsman. Controle jurisdicional. Sistemas. Inafastabilidade. Inexigência de esgotamento da via administrativa. Alcance. Consequências. Administração em juízo. Habeas corpus. Habeas data. Mandado de injunção. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública.</p>				
<p>17 Improbidade administrativa. Regime jurídico. Concomitância de instâncias. Elementos constitutivos do tipo. Sujeição ativa. Sujeição passiva. Ato danoso. Dolo e culpa. Sanções. Procedimentos. Ação judicial.</p>				

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
1 Lei nº 12.342/1994 e suas alterações (institui o Código de Divisão e de Organização Judiciária do Estado do Ceará).				
2 Leis Estaduais nº 16.132/2016, nº 16.208/2017, nº 16.397/2017 e nº 16.465/2017.				
3 Lei nº 12.483/1995 (dispõe sobre a organização administrativa do Poder Judiciário estadual, define as diretrizes gerais para a sua reforma e modernização administrativa e dá outras providências).				

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
SOCIOLOGIA DO DIREITO				
1 Introdução à sociologia da administração judiciária. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia). Gestão. Gestão de pessoas.				
2 Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito. Transformações sociais e Direito.				
3 Direito, Comunicação Social e opinião pública.				
4 Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não judiciais de composição de litígios.				
PSICOLOGIA JUDICIÁRIA				
1 Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia.				
2 Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual.				

3 Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos.				
4 O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas.				
ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL				
1 Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções.				
2 Direitos e deveres funcionais da magistratura.				
3 Código de Ética da Magistratura Nacional.				
4 Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça.				
5 Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados.				
6 Administração judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão.				
FILOSOFIA DO DIREITO				
1 O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito.				
2 O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral.				
3 A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável.				
TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA				
1 Direito objetivo e direito subjetivo.				
2 Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais de Direito. Jurisprudência. Súmula vinculante.				

3 Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho.				
4 O conceito de Política. Política e Direito.				
5 Ideologias.				
6 A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU).				